A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história do pensamento geográfico

*La geografía histórica como herramienta de análisis en los estudios de historia
de la geografía*

Historical geography as an analytical tool in history of geography studies

*La géographie historique comme outil d'analyse dans les études de l'histoire de
la géographie*

Carlo Eugênio Nogueira

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/4767>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.4767

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrônica

Carlo Eugênio Nogueira, «A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história do pensamento geográfico», *Terra Brasilis* [Online], 12 | 2019, posto online no dia 29 dezembro 2019, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4767> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.4767>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 dezembro 2022.

All rights reserved

A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história do pensamento geográfico

La geografía histórica como herramienta de análisis en los estudios de historia de la geografía

Historical geography as an analytical tool in history of geography studies

La géographie historique comme outil d'analyse dans les études de l'histoire de la géographie

Carlo Eugênio Nogueira

Introdução

- 1 De início, valeria fazer alguns comentários a respeito do campo de pesquisas da Geografia Histórica. Esse rótulo, muito antigo e amplamente difundido, especialmente na bibliografia de língua inglesa, vem sendo alvo de renovado interesse desde o último quartel do século XX. A necessidade de definir e delimitar de maneira excludente o campo da História, tomada como disciplina autônoma, do da Geografia Histórica, visto como campo interdisciplinar de investigação, resultou no entendimento da primeira como o estudo dos processos e circunstâncias que motivaram objetivamente as ações humanas, ao passo que à segunda restaria a preocupação candente com as diferenças entre os lugares: “sejam elas entre o mesmo lugar em momentos distintos, ou entre lugares distintos durante o mesmo período temporal” (Carneiro, 2018: 29).
- 2 Dentre as dificuldades sempre indicadas na prática da Geografia Histórica, avulta o uso de uma definição naturalizada do tempo, bem como um tratamento morfológico dispensado ao espaço. A concepção do tempo como evolução linear, como uma série de etapas que relaciona progressivamente passado e presente, ao lado da concepção de

espaço como cenário, como uma paisagem que aparece como unidade significativa historicamente estática ou inerte, emerge sem dúvida como a forma particular a partir das quais as categorias de espaço e tempo foram tradicionalmente concebidas e utilizadas nos trabalhos de Geografia Histórica (Philo, 1996).

- 3 Tal separação, apoiada na distinção insinuada por Richard Hartshorne (1939), que considerava a História como a ciência preocupada com fenômenos que se sucedem no tempo, e a Geografia como a ciência interessada em entender a diferenciação de áreas no espaço, reforça a tese de que à primeira caberia a análise dos aspectos internos dos fenômenos, enquanto a segunda concentrar-se-ia na descrição dos aspectos externos, visíveis, da realidade. Talvez estejam aí os motivos para uma postura assumida por muitos geógrafos históricos, que concentraram seus esforços de pesquisa na explicação dos diferentes tipos de localizações, configurações, associações e distribuições dos objetos dentro de uma área delimitada espaço-temporalmente (Baker, 1997, 2003).
- 4 Essa preocupação com o aspecto material das geografias pretéritas, identificado como o objeto de estudo por excelência dos geógrafos históricos, resulta em uma excessiva necessidade de identificação de fronteiras disciplinares entre campos de pesquisa aparentados (Kucera, 2008), turvando o entendimento da complexidade que envolve as conexões entre os processos históricos e as transformações do espaço:

Em outras palavras, desde que os pesquisadores ancorassem seus estudos nos objetos materiais de paisagens do passado (e com isso investigassem onde estavam localizados esses objetos, e como eram combinados), o resultado era geografia histórica propriamente dita; mas, se desviassem sua atenção para acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais da história, e se talvez quisessem dizer algo a respeito da geografia por trás desta história, o resultado então seria a história geográfica que pertencia à história e não à geografia. (Philo, 1996: 276)
- 5 Recentemente, diversas disciplinas das Ciências Humanas passaram a dedicar sua atenção às distintas formas de relacionamento entre as temporalidades e as espacialidades, dando relevo às análises retrospectivas que entendem o passado como uma ferramenta na reconstrução explicativa da realidade.¹ Essa nova característica é visível sobretudo a partir da chamada “virada cultural” dos anos 1990 e da ascensão dos debates encetados pelos estudos pós-coloniais, quando novos temas de pesquisas sedimentam-se. Surgem então trabalhos focalizados na discussão de questões de identidade e de gênero, pesquisas ocupadas com a história ambiental e investigações centradas no esclarecimento das relações entabuladas entre representação e materialidade no processo de formação territorial, entre diversos outros assuntos.
- 6 Desse modo, há um deslocamento do objeto de estudo da Geografia Histórica, com a atenuação do desejo cego pela reconstrução da materialidade das geografias passadas e o reconhecimento da importância das representações nas ações de apropriação e transformação do espaço. Isto é, valoriza-se a análise do lugar dos discursos geográficos na elaboração de projetos que embasam políticas que visam ordenar a construção dos territórios, em um registro que se aproxima de um exame geográfico da experiência histórica (Zusman, 2000).
- 7 Enfim, de vez que a organização material do espaço numa secção temporal deixa de ser estudada como um fim em si mesmo, passando da condição de único objeto a parte constitutiva da explicação, a meta deixa de ser a mera descrição das paisagens do passado. Ao contrário, ganha relevo a circunstância de a Geografia Histórica ser parte ativa na explicação de acontecimentos e processos tidos, de resto, como campo de investigação de outros profissionais. A preocupação com esse detalhe tenta evitar que

se tome o território apenas como pano de fundo neutro das ações sociais em seu processo de desenvolvimento histórico,² verdadeiro anacronismo geográfico que acaba por reduzir o espaço a um mero reflexo estático da sociedade:

a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial (...). Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (Santos, 1977: 81)

- 8 A Geografia Histórica daí depreendida constrói uma ótica geográfica de interpretação do processo histórico que o compreende como um movimento progressivo de apropriação dos meios naturais e transformação do planeta, tal uma reiterada *antropomorfização* do espaço (Moraes, 2002). Realizada em distintas épocas e diferentes sociedades por meio da mediação do trabalho, esse movimento de humanização das paisagens terrestres coloca o processo de valorização do espaço (Costa & Moraes, 1984) como expressão genérica do contínuo ato de construção social do espaço. Por ser passível de uma localização histórica e geográfica precisa, podemos afirmar que a valorização do espaço assume diferentes formas, modificando suas características a cada período e lugar considerado:

Do mesmo modo que os demais processos sociais, a valorização do espaço também se modifica historicamente, variando de características em sua universalidade (abstrata). Suas manifestações concretas, como já mencionado, ocorrem guiadas pelas determinações gerais do período histórico em que estão contidas. A temporalidade submete, assim, a espacialidade, e esse processo universal se torna denso de particularizações temporais e espaciais. Daí a possibilidade de poder falar de uma espacialidade própria a cada modo de produção, envolvendo formas de ordenamento do território e de apropriação de seus recursos, formas específicas de utilização da natureza e de repartimento dos espaços. Em suma, tem-se a possibilidade de ver a valorização do espaço como a expressão da lógica que organiza e identifica cada modo de produção, com suas relações essenciais se materializando em padrões espaciais recorrentes. (Moraes, 2014: 29)

- 9 A afirmação da espacialidade como elemento particularizador do processo universal de valorização do espaço manifesta-se exemplarmente na análise da formação territorial, que tem como fim a apreensão do movimento de apropriação e uso de uma porção delimitada da superfície terrestre por uma sociedade. A cristalização territorial da sociedade efetuada por meio das formas-objetos, que são como que a objetivação sempre fugidia da história, coloca em evidência os diferentes momentos nos quais uma sociedade vai se inscrevendo reiteradamente numa paisagem que lhe é anterior. É que o passado, morto enquanto tempo, vive como espaço (Santos, 1997):

Enfim, a espacialidade se afirma como um elemento particularizador, uma mediação que quando aplicada sobre o próprio processo universal de valorização do espaço ajuda a qualificá-lo como o processo singular de formação de um território. Este resulta da relação de uma sociedade específica com um espaço também específico, sendo objetivado pelo intercâmbio contínuo que humaniza esse âmbito espacial, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade nela reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado pelo trabalho vai se tornando uma qualidade dos lugares, fazendo da constituição de um território um processo sincrônico e cumulativo. As construções e destruições realizadas fazem parte daquela parcela de espaço, qualificando-a para as apropriações e usos futuros. Nesse sentido, o território aparece para a sociedade, a cada momento, como um

resultante e uma possibilidade, como condição e meio de reprodução da vida social. Assim, pode-se dizer que o processo de formação territorial é a manifestação empírica da valorização do espaço, da mesma maneira que a formação econômico-social expressa o modo de produção numa situação singular. (Moraes, 2014: 30)

- 10 Fazendo um ajuste de foco, vejamos como essa proposta de enquadramento geográfico dos processos históricos pode auxiliar na compreensão das especificidades que envolvem a formação territorial do Brasil. Partindo de pesquisa anterior, que tinha o objetivo de contribuir para a reconstrução do território brasileiro nos anos que antecederam a emancipação política do país, no início do século XIX, avoca-se que o espaço construído herdado quando da colonização portuguesa funcionou como elo que estabeleceu certa continuidade entre a Colônia e o Império (Nogueira, 2008).
- 11 Ao assumir esse viés, que confere centralidade ao território no entendimento do contexto histórico do processo de independência, busca-se recuperar alguns ângulos e questões ainda não abordados de forma conclusiva pela literatura especializada. Dentre os pontos que aguardam solução, importam aqui os questionamentos acerca do processo de construção da materialidade sobre a qual o novo Estado politicamente independente viria a reclamar jurisdição. Desse modo, realçamos o fato de a variedade ser uma constante histórica, pois mesmo referidas a uma herança material até certo ponto comum, as territorialidades desenvolvidas ao longo da passagem do período colonial para o Império são, se vistas em detalhe, diferenciadas entre si.

Nos sertões do poente: um estudo de caso de Geografia Histórica

- 12 Meu envolvimento com a Geografia Histórica iniciou-se em 2002, quando o professor Antônio Carlos Robert Moraes recrutou um conjunto de alunos de graduação para iniciar um grupo de estudos sobre o papel do território na formação do Estado brasileiro. Participando de um projeto multidisciplinar, esse grupo de geógrafos-aprendizes, alocado no recém organizado Laboratório de Geografia Política (GEOPO) do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, buscava elementos para equacionar dúvidas que a historiografia brasileira até ali não havia resolvido a contento.
- 13 Questionava-se, em pormenor, a assunção, tantas vezes repetida, de que o Brasil havia herdado, sem rupturas e maiores turbulências, as fronteiras do antigo território colonial construído na América por Portugal (Lyra, 1994). A esse lugar-comum, que defende ser o território do Império – e depois o da República – mera continuação do território da Colônia, interpunham-se algumas indagações, tais como: no momento em que o Brasil se desvencilhava de sua condição colonial, quais eram as áreas efetivamente ocupadas e exploradas economicamente? Como avaliar a capacidade explicativa do território no processo de formação do Estado e da Nação brasileiros?
- 14 Apresentou-se então, pela primeira vez, o tema da formação territorial. Continuando os estudos no campo da Geografia Histórica durante o mestrado, cujas pesquisas de gabinete e de campo foram feitas entre 2005 e 2008, certas questões de cunho teórico que haviam sido apenas tangenciadas anteriormente foram aprofundadas. Desenvolvendo uma pesquisa que tratava sobre a integração das antigas províncias de Goiás e Mato Grosso com o restante da América portuguesa na passagem do século

XVIII para o XIX, ganhava cada vez mais importância o esclarecimento do papel da expansão da fronteira no processo brasileiro de formação do território.

- 15 Entre os objetivos colocados na dissertação, ganhou destaque a possibilidade de compreender e qualificar o processo de construção e ocupação do mosaico formado pelos domínios portugueses americanos em suas fronteiras mais ocidentais. Na realidade, ao longo do século XIX, mesmo após a formação dos novos atores estatais politicamente independentes na América Latina, as contestações da legitimidade jurisdicional de exercício do poder foram frequentes, com conflitos armados internos e externos não raro dando o tom das disputas fronteiriças encetadas.
- 16 Assim, na análise do processo de expansão do povoamento português para a raia Oeste de sua colônia americana, que correu em paralelo a um movimento de aprisionamento de terras, povos indígenas e recursos naturais, foi possível identificar a existência de uma intencionalidade nas ações tomadas pela administração ultramarina. Essa intencionalidade, ao fim e ao cabo, desdobrou-se na finalidade geopolítica das políticas territoriais materializadas na ocupação das terras mato-grossenses e goianas, que resultaram na fundação de fortificações militares, vilas, estradas e aldeamentos.
- 17 Considerando a inércia dinâmica da configuração territorial surgida das disputas ocorridas na fronteira oeste, principalmente as tensões que opunham Espanha e Portugal em seus respectivos *fronts* imperiais na bacia do Prata, não é de todo equivocado supor a existência de um projeto expansionista que, informando uma razão de Estado do Império lusitano não abandonada pela diplomacia brasileira, acabou por influenciar, como herança, o processo de formação territorial do país.
- 18 A relação existente entre a expansão do povoamento para os sertões goiano e mato-grossense, impulsionada no Setecentos pela economia mineradora, e o desenvolvimento de políticas territoriais com o desígnio de consolidar a soberania da Coroa por áreas que excediam em muito as terras efetivamente ocupadas em seus três séculos de dominação, dão sustentação a esse argumento. Em destaque, há que se notar a diferença existente entre a região dinamizada pela rede de cidades construída em Goiás, a borda que demarcava os limites do território usado da colônia, e as áreas de fronteira ligadas aos núcleos avançados de povoamento localizados em Mato Grosso, que conferiam certa materialidade ao espaço de soberania formal da América portuguesa, sendo alvo prioritário das ações de cunho geoestratégico (Nogueira, 2012).
- 19 Tendo como referência a inflexão de 1822, conclui-se que o processo de formação territorial do Brasil foi uma construção que abarca e influencia a seu modo as múltiplas experiências e trajetórias dos agentes sociais envolvidos diretamente naquele momento de ruptura. Seja como for, sabe-se que, no início do XIX, a unidade política do espaço americano de jurisdição portuguesa era percebida e reconhecida somente a partir do interior da burocracia estatal metropolitana. Isso quer dizer que os súditos da Coroa que habitavam as terras do conjunto colonial luso-americano detinham sua força coesiva indiscutivelmente centrada na metrópole.³ Em outras palavras, a capital portuguesa era o centro de referência tanto dos fluxos comerciais encetados quanto das ordens políticas emanadas a fim de se exercer um controle dos lugares (Jancsó & Pimenta, 2000).
- 20 Na verdade, um dos primeiros desafios do projeto político vencedor em 1822 foi a construção de um novo consenso em torno da figura do príncipe D. Pedro. Para tanto, os articuladores do movimento independentista buscavam erigir, junto às elites dirigentes de todas as províncias que formavam o Brasil, a aceitação unânime dos termos

desse projeto. Sublinham-se, assim, problemas de duas ordens: o da elaboração e defesa de um discurso a partir do qual a Nação e o Estado brasileiro iriam adquirir concretude, e o das ações que garantiriam a manutenção da integridade territorial das partes que formavam o conjunto disperso das colônias portuguesas na América.

- 21 Nesse contexto, a gestação da ideia de um Estado especificamente brasileiro, e o que era mais relevante, sua legitimação perante a comunidade política internacional, “passaria, necessariamente, pela adesão a ele de todas as províncias que, até 1822, formavam o Reino do Brasil” (Pimenta & Slemian, 2003: 87-88). De certa maneira, então, pode-se dizer que a legitimidade dinástica expressava uma tentativa de justificar, no plano internacional, a afirmação da soberania do Estado imperial brasileiro por sobre as antigas fronteiras pactuadas durante o período colonial. Nessa resolução do problema do reconhecimento do novo Estado que ascendia nos trópicos, subjacente à forma monárquica de governo a ser implantada estaria a pretensão (e a necessidade) de se manter unido o antigo território colonial português:

Entre as heranças coloniais assumidas pelo novo país destacam-se a forma de governo e o patrimônio territorial: a estrutura administrativa e a área integral de soberania lusitana, desenhada nos tratados de limites entre as Coroas ibéricas (...). Cabe lembrar também a legitimidade dinástica subjacente à forma monárquica de governo, que expressava uma justificativa de afirmação das fronteiras pactuadas e da soberania sobre toda a extensão do território colonial (...). A permanência da Casa de Bragança no trono do Brasil fornecia um argumento consistente de continuidade político-institucional para a diplomacia europeia da época. Tanto que o direito de domínio do governo brasileiro sobre tais espaços não foi – ao longo do processo de independência – questionado no plano internacional, sendo o novo estado que alimentava – de berço – ambições de ampliação territorial. (Moraes, 2011: 78-79)

- 22 Neste cenário, a descrição das unidades espaciais de produção das províncias de Goiás e Mato Grosso, com a análise de seus círculos de cooperação com outros lugares, ajustava-se ao objetivo de investigar a herança material legada pela administração portuguesa a partir da concepção de Geografia Histórica aqui proposta. Destarte, ao apreciarmos o processo de emancipação política, que é uma das manifestações do processo de desagregação do Antigo Sistema Colonial (Novais, 1979), ganhou destaque a circunstância de o território construído ao longo da colonização portuguesa poder funcionar como elo que estabelece certa continuidade entre a Colônia e o Império.⁴
- 23 Isso evidentemente não nega que os territórios colonial e imperial expressam, de modos distintos, diferentes estratégias de controle social do espaço e de exercício da soberania estatal. Entretanto, no momento da emancipação política do Brasil, o substrato material a partir do qual os grupos em disputa poderiam planejar os futuros territórios de realização de seus projetos de poder sem dúvidas era resultante, de alguma maneira, das ações colonizadoras realizadas por Portugal desde o século XVI.
- 24 Além do mais, a escolha do nome para o novo ente estatal, Império do Brasil, aponta igualmente para um equacionamento ímpar da questão da soberania e apropriação futura dos vastos fundos territoriais existentes. A territorialidade imperial, diversamente daquela do Estado-nação, nega a rigidez das fronteiras lineares fixas, convivendo bem com a imprecisão fronteira, com a falta de contiguidade e com a diversidade cultural (Badie, 1996). Essa flexibilidade territorial da forma imperial de governo, que consiste num modo de reiterada reorganização de sua política interna, coloca interesses econômicos e estratégias políticas, militares e diplomáticas numa

continua recomposição de territorialidades de geometria variável, revelando o Império como uma construção política dotada de um singular uso do território.

- 25 Em suma, captar as sutilezas que envolvem cada uma das etapas de construção da territorialidade lusitana na América é fundamental para se entender a formação do Estado e da Nação no Brasil. Em detalhe, a análise do processo de produção do espaço longo do período colonial permite visualizar a maneira como a representação de uma unidade espacial foi forjada, ou melhor, recriada no XIX a partir de uma herança material concreta. Nesse arranjo, o exame dos nexos de integração de Goiás e Mato Grosso com o restante do território colonial permitiu a compreensão de como a afirmação da legitimidade dinástica está relacionada com a continuidade de exercício de uma “expansão para dentro” (Mattos, 2005), que visava garantir às elites provinciais do novo Estado imperial brasileiro a dominação exclusiva dos fundos territoriais.
- 26 Contudo, é necessário concordar que, do ponto de vista econômico, o território colonial não passava de um conjunto de regiões tenuamente articuladas sobre o qual se pôde projetar, politicamente, linhas de fronteira que em muito ultrapassavam os limites reais das áreas efetivamente ocupadas e povoadas ao longo da colonização portuguesa. A continuidade identificada na passagem da situação colonial para a de Estado politicamente emancipado jazeria, assim, no processo de composição desse substrato geográfico construído, que é o que poderia funcionar como suporte a uma rede de relações articulando conexões territoriais em torno de virtuais centros políticos de poder, quaisquer que fossem os projetos políticos em disputa.

A Geografia Histórica como base de uma História do Pensamento Geográfico

- 27 Ao final da dissertação, o interesse no conceito geográfico de fronteira ganhou corpo, e foi novamente por sugestão do professor Antônio Carlos Robert Moraes que saí da Geografia Histórica para enveredar no campo da História do Pensamento Geográfico. No caso, a obra de Pierre Monbeig foi de pronto definida como o objeto de estudo, visto que a exiguidade de estudos específicos sobre o geógrafo francês contrastava com sua importância para a consolidação do campo disciplinar no país.
- 28 Com efeito, até o início da década de 2010, podia-se contar nos dedos os livros e artigos em português que tinham Pierre Monbeig como objeto de estudo. Ademais, é relevante observar que os geógrafos de gerações recentes desconhecem quase por completo a noção de franja pioneira cunhada por Monbeig, não sendo incomum encontrar referências às definições que sociólogos, antropólogos e economistas fazem do fenômeno pioneiro na bibliografia de trabalhos geográficos que se utilizam do termo.
- 29 O caminho escolhido para o desenvolvimento do tema durante o doutorado, finalizado em 2013, foi a leitura integral dos textos do francês que analisam o fenômeno da expansão pioneira ocorrida em São Paulo e no Paraná na primeira metade do século XX. Ademais, procurei igualmente avaliar em que medida os discípulos brasileiros que ele orientou durante sua estadia na Universidade de São Paulo, entre 1935 e 1946, apropriaram-se metodologicamente do modo de fazer ciência proposto por Monbeig em suas aulas, textos e trabalhos de campo.
- 30 Nesse ponto, o objetivo era estabelecer se houve, no Brasil, a formação de uma identificável linhagem intelectual dentro do campo geográfico. Dito de outro modo, a

hipótese enunciada buscava saber se realmente é possível distinguir certos traços metodológicos comuns entre o mestre e os alunos que, sob sua orientação direta ou inspiração básica, defenderam trabalhos de pós-graduação ao longo das décadas de 1940 e 1950. Para a consecução desses objetivos, efetuou-se uma leitura dos trabalhos de Ary França (1951), Nice Lecocq Müller (1950), Renato da Silveira Mendes (1950), José Ribeiro de Araújo Filho (1950) e Pasquale Petrone (1966), todos futuros professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

- 31 Ora, como os discursos geográficos produzidos à época tinham como referência básica a materialidade expressa na organização, localização e disposição dos objetos no território nacional, a reconstrução da geografia histórica do capitalismo brasileiro da primeira metade do século XX foi o caminho escolhido como o mais adequado para acedermos a uma dimensão de feição metageográfica, que toma a produção teórica da geografia universitário-acadêmica por si como objeto de análise (Moraes, 2014).
- 32 Nessa direção, tomou-se como referência as indicações de J.B. Arrault (2007), que esmiúça o trajeto de construção de um problema intelectual dentro da comunidade de geógrafos na França. Em seu trabalho, esse autor questiona o modo como, entre 1890 e 1930, os geógrafos entretidos na estabilização dos *Annales de Géographie* elevaram o processo de mundialização, que percebe e concebe a Terra como uma totalidade, à condição de objeto de estudo. A definição de metageografia cunhada por Arrault completa o significado antes descrito para o termo, pois não se trata apenas de tomar a produção acadêmica interna ao campo disciplinar como objeto, mas de problematizar a própria formação de certos modos de pensar e firmar imagens acerca da realidade.
- 33 As metageografias referir-se-iam, portanto, às inúmeras maneiras como os indivíduos e grupos, em diferentes épocas, e imersos em determinadas realidades socioculturais, organizam seu conhecimento do mundo por meio de categorias espaciais. Essa operação pode ser exemplificada na divisão dos Três Mundos originada no contexto da Guerra Fria, no atual redimensionamento da superfície terrestre em regiões globais ou mesmo nas clássicas divisões do planeta em continentes ou Estados-Nação. Em outras palavras, as metageografias seriam constituídas pelas categorias usualmente utilizadas, por vezes de forma inconsciente, para ordenar num quadro espacial o conhecimento que se produz sobre o mundo (Lewis & Wigen, 1997).
- 34 Em relação à pesquisa de doutoramento que então se desenvolvia, tomou-se como hipótese inicial o reconhecimento de que a noção de franja pioneira é a maneira pela qual a geografia acadêmica brasileira analisa o processo de expansão territorial do capitalismo no país (Nogueira, 2013). Assim, para a construção de uma base contextual adequada para se efetuar a projetada análise metageográfica da noção de frente pioneira, recorreu-se a um exercício de geografia histórica. Novamente, a reconstrução do processo de formação territorial em uma visão retrospectiva visava fornecer os subsídios necessários para a compreensão do modo como os autores apreciados interpretaram, naquela primeira metade do século XX, as transformações estruturais pela qual passava o território brasileiro, influenciado então decisivamente pela expansão do capitalismo.
- 35 Ao se definir a periodização, ajustou-se o recorte temporal para o intervalo entre 1930 a 1960, que traz a lume uma época de grandes mudanças. Ao longo dessas décadas, o Brasil sofreu alterações em sua estrutura demográfica, com a diminuição da importância da população rural, o crescimento das grandes cidades e a consolidação de um perfil populacional urbano. Ademais, o país também experimentou, nesses 30 anos,

uma modificação no padrão de acumulação da economia, que passava por um processo de industrialização e deixava de ser fundamentada unicamente na exportação de produtos primários, na esteira das políticas do chamado nacional-desenvolvimentismo.

- 36 Em face dos objetivos postos, a ênfase dada ao período justificava-se na medida em que se sabe que a primeira geração de geógrafos brasileiros formados nas universidades foram alunos exatamente nesse momento, quando não havia separação entre as áreas da Geografia e da História. Essa circunstância pode estar na raiz do desenvolvimento de um apreço pelo viés histórico que influenciou sobremaneira a feitura das pesquisas desenvolvidas pelos geógrafos paulistas orientados por Monbeig. Em uma visão de conjunto, tais trabalhos assumiram a forma de monografias regionais descritivo-explicativas, estilo de escrita tido como o cânone da geografia científica da época. Além disso, do ponto de vista da estrutura de apresentação dos conteúdos, as pesquisas de Ary França, Nice Lecocq Müller, Renato da Silveira Mendes, José Ribeiro do Araújo Filho e Pasquale Petrone não se distanciam dos clássicos estudos de geografia elaborados na França no início do século XX.
- 37 Ao final, o enquadramento por mim proposto explicitava uma tentativa de relacionar a realidade fático-material, identificada na organização dos objetos e seres na superfície terrestre, com as representações elaboradas acerca dessa mesma realidade. Isto é, para analisar os discursos geográficos referidos ao território brasileiro em seu processo de formação, era necessário, antes, estabelecer as direções e a velocidade dos vetores de territorialização do capitalismo no país. Deveras, em seu movimento constante, a expansão territorial do capitalismo no Brasil atingia e hegemonizava, com intensidades distintas, diferentes pedaços do território, alterando o conteúdo das antigas regiões organizadas secularmente durante a dominância do escravismo vigente nas fazendas monocultoras. Era essa geografia em movimento que os geógrafos estudados tentavam apreender, descrever e explicar em seus trabalhos.
- 38 Trocando em miúdos, era preciso saber *como* o território havia assumido as feições que eram observadas em campo para se compreender o *que* os geógrafos estavam a dizer sobre esse território. Nesse particular, a análise pormenorizada dos textos produzidos pela primeira geração de geógrafos formados na USP permitiu identificar com nitidez em que medida as indicações metodológicas legadas por Pierre Monbeig foram apropriadas e retrabalhadas a partir do caldo cultural então difundido no pensamento político-social brasileiro do período (Nogueira, 2015).
- 39 Avançando no entendimento desse ponto, parece razoável propor uma nova questão: ao tomar a produção teórica da geografia acadêmica em si como objeto de análise, é possível discernir, no conjunto dos trabalhos dos geógrafos *uspianos*, a redação de um tipo de texto passível de ser qualificado como Geografia Histórica? Em outros termos, o que se sugere é colocar no escopo de uma análise metageográfica o reconhecimento do caráter eminentemente historiográfico de autores normalmente identificados com os paradigmas da geografia tradicional de viés regional.
- 40 Para tanto, elegemos como objeto de reflexão o trabalho do geógrafo Renato da Silveira Mendes. Aluno das primeiras turmas do curso de Geografia e História da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Renato da Silveira Mendes ocupou a posição de auxiliar de ensino da cadeira de Geografia Humana, comandada por Monbeig, desde 1938. Tendo defendido seu doutorado, intitulado “Paisagens Culturais da Baixada Fluminense”, em 1948, sob orientação de Pierre Gourou, Renato Mendes continuou exercendo suas atividades de ensino e

pesquisa na cadeira de Geografia Humana ininterruptamente até 1956. Nesse ano, deixa o posto de auxiliar de ensino, substituído por Pasquale Petrone, e é designado como professor responsável pela recém-criada disciplina de Geografia Regional.

A sensibilidade historiográfica das monografias regionais brasileiras

- 41 No início do século XX, na esteira das disputas entre geógrafos e sociólogos que pipocavam no ambiente intelectual francês, estabelece-se um fenômeno de amálgama entre a Geografia e a História. Nesse momento, marcado pelo surgimento das grandes monografias regionais da primeira geração de alunos de Vidal de la Blache, assiste-se a um processo de recíproca assimilação das técnicas de pesquisa entre ambos os campos disciplinares. Isso deu origem a uma “colaboração orgânica entre geógrafos e historiadores” (Dosse, 2004: 119) que, no campo da História, é perceptível sobretudo entre os partícipes da chamada Escola dos *Annales*.
- 42 Naquilo que mais nos interessa, vale apontar que Pierre Monbeig sempre foi muito próximo dos historiadores do grupo dos *Annales*. Nomes como os de Marc Bloch e Lucien Febvre, que o marcaram profundamente durante seu tempo de estudante, em Paris, são referências sempre lembradas na qualificação de seu fazer científico. Isso sem mencionar Fernand Braudel, com quem desenvolveu uma longa amizade desde os tempos de São Paulo, nos anos de 1930. Além do mais, cumpre igualmente lembrar que seu primeiro orientador, Albert Demangeon, colaborador assíduo dos *Annales*, desempenhou papel fundamental junto à editora Armand Colin para a publicação da revista que veio nomear esse grupo de historiadores (Dosse, 2004).
- 43 Com efeito, a leitura das obras de Monbeig sobre o mundo pioneiro paulista revelam uma preocupação recorrente com a análise dos processos históricos na descrição explicativa das regiões. Esse apreço pelo passado na explicação do presente, que se deve em grande parte à sua formação universitária, até mesmo por conta da ascendência da Geografia e da obra de Vidal de la Blache na formação da geohistória dos *Annales* (Burke, 1997; Lacoste, 1989), certamente pesa na valorização atribuída por Pierre Monbeig à História na estruturação das paisagens, ou melhor, na definição dos conteúdos e dinâmicas que as animam.
- 44 Essa simbiose entre a História e a Geografia, da qual a geohistória de Fernand Braudel vai ser, quiçá, a manifestação mais acabada (Ribeiro, 2014), é traço que atravessa o Atlântico na companhia dos professores franceses que aqui lecionaram, expressando-se de forma nítida nas obras dos geógrafos brasileiros. No caso em tela, é admissível supor que Mendes tenha sorvido algumas dessas orientações ainda nos bancos universitários, quando frequentou os cursos de Braudel e Monbeig na USP.
- 45 Realmente, ao se retomar com vagar as obras dos geógrafos uspianos escritas nas décadas de 1940 e 1950, é possível notar reminiscências do enquadramento de Monbeig sobre o fenômeno do pioneirismo em inúmeras passagens. A expansão do capitalismo, que é pano de fundo das movimentações pioneiras, constituiu-se indiretamente em um padrão ideal para a apreciação do nível de desenvolvimento de diferentes regiões. Assim, quando qualificavam uma região como atrasada ou decadente, o que tais geógrafos tinham em mente era exatamente o processo de desenvolvimento econômico

então considerado moderno experimentado pelas cidades dos planaltos ocidentais paulistas grassados pela vaga pioneira.

- 46 Por exemplo, em um dos primeiros textos que Monbeig escreveu sobre a zona pioneira de São Paulo, em 1937, não por acaso publicado na futuramente prestigiosa revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, o geógrafo francês dá uma contundente mostra da sensibilidade historiográfica que permeava a sua geografia. Ao comentar os casos das cidades de Marília (fundada em 1928) e de Londrina (fundada em 1934), ambas então no auge de seu desenvolvimento pioneiro, Monbeig ressalta o duplo caráter rural e urbano do processo de colonização que se efetuava no oeste de São Paulo e no norte do Paraná, indicando como seu entendimento do fenômeno do pioneirismo podia ser aplicado como um parâmetro de avaliação para se compreender as modificações que ocorriam em outras localidades:

Para o paulista a cidade pioneira é a porta do “bled”, a “boca do sertão”; sua febre, suas atividades foram conhecidas de quase todas as cidades do estado: Ribeirão Preto, Bauru, Botucatu, Jaú, Barretos, Rio Claro ou Franca. Dura dez, quinze, vinte anos no máximo, e passa quando os trilhos são levados para mais longe e nasce uma nova cidade pioneira. Os mapas do fim do século XIX e do princípio do século XX mostram-nos muito bem essas cidades-terminus e, a certa distância, como perdidas no sertão, aquelas que as destronarão. Elas definham então pouco a pouco; sua economia transforma-se também, ao que parece, menos ligada à vida rural e com indústria própria; em uma região de população estável e relativamente densa são focos de instrução com um bairro de escolas oficiais ou particulares. Há um ciclo urbano, com diferentes estágios, até mesmo o rejuvenescimento. Com efeito, se a zona fronteira onde, pela primeira vez, o homem tenta implantar suas culturas é nitidamente definida no norte do Paraná, ao longo da Sorocabana, a partir de Presidente Prudente e em redor, como para além de Marília, o termo zona pioneira poderia ser usado por muitas outras regiões paulistas: acompanhando o litoral, que foi o centro de povoamento na época colonial, mas que tinha adormecido, aparentemente para sempre, assiste-se hoje a uma retomada de posse do solo, ou, como seria mais certo escrever, uma tomada de posse do solo, porque a floresta cobriu inteiramente os antigos cafezais e plantações de cana; na costa norte, perto de São Sebastião, uma imensa plantação de frutas foi feita às expensas dos mangues, assim como no sul do estado; na costa meridional, a colonização japonesa faz reviver um dos antigos focos de colonização portuguesa. O vale do Paraíba, que foi a primeira grande zona cafeeira do estado, que se despovoou durante meio século, está de novo valorizado, quer pela criação, quer pelos arrozais, quer pelas plantações de laranjas, e suas cidades mortas ressuscitam. (Monbeig, 1940: 50-51)

- 47 Como se vê, mormente quando fala do litoral de São Paulo e do vale do rio Paraíba, áreas de ocupação muito antigas que renasciam no século XX pela nova exploração produtiva de suas terras, o geógrafo francês interpretava o movimento de apropriação, abandono e posterior reapropriação dos lugares como um processo não linear, que experimentava avanços e recuos. O termo “zona pioneira”, bem ou mal utilizado no sentido de avanço da civilização capitalista moderna por espaços considerados vazios e incultos, já que dominados pela natureza, fornece a régua da avaliação do desenvolvimento das regiões, tornando-se um padrão ou parâmetro da análise do processo de conquista dos meios naturais pela sociedade.
- 48 Com isso, as modificações introduzidas em determinadas regiões, seja pela implantação de um novo produto agrícola com fins comerciais, seja pela adoção de novas técnicas de exploração do solo, seriam consideradas como fatores de evolução das paisagens sempre a partir do que havia ocorrido nas áreas de movimentação de fronteira. Esse tipo de arranjo explicativo, fundamentado nos tradicionais inquéritos de campo,

consegue integrar numa mesma chave os elementos mais representativos da proposta analítica de Monbeig, tais como a valorização das temporalidades e da história na organização das paisagens humanas, a importância das técnicas e o protagonismo das vias de comunicação para a integração do território.

- 49 O caráter integrador da *frontier*, vocábulo da língua inglesa que pode ser compreendido praticamente como sinônimo do avanço das frentes pioneiras em áreas tidas como sertões, é indicado principalmente pelo uso da palavra francesa *bled*, termo de origem militar que designava as terras interiores da África do Norte em vias de serem incorporadas pelas políticas colonialistas francesas. Interessante notar a convicção de Monbeig sobre o papel estratégico das vias de comunicação na apropriação de novas terras, que expunha a questão da integração territorial do Brasil e dos problemas colocados à circulação interna do país pela falta de estradas:

Ora, em todo o imenso continente brasileiro, uma das necessidades mais imperiosas é sem dúvida a de assegurar relações constantes entre todos os elementos da população. É preciso conseguir resolver – no sentido que dão à palavra os médicos ao referir-se a um abcesso – os agrupamentos que vivem nessas ilhas raramente atingidas pelos vapores, fora do mundo atual, num estágio de economia arcaica e cuja contribuição para a vida nacional se torna, em consequência, extremamente fraca. É preciso conseguir que a nação brasileira, toda ela, viva num mesmo ritmo e numa mesma época. Para tal, entretanto, é necessário suscitar o desenvolvimento das trocas entre todos os seus elementos e, antes de mais nada, criar os meios de efetuar-las: as estradas. (Monbeig, 1940: 141-142)

- 50 A integração territorial surge, aqui, como um pressuposto da modernização do país, sobressaindo-se, ainda, a visão padrão do Brasil como um arquipélago, formado no mais por ilhas isoladas que apresentam níveis muito distintos de desenvolvimento. Partes de um todo funcionando em ritmos desconexos, as regiões pertencentes a esse arquipélago revelam a convivência de um “mundo arcaico”, domínio do tempo lento, contraposto às ilhas de modernidade, numa concepção dualista da realidade brasileira que não era incomum ao pensamento político-social do momento.
- 51 Conforme se pode esboçar do que foi exposto, a análise das fronteiras colocadas em movimento pelo fenômeno do pioneirismo, tal como feita nos estudos geográficos sobre o tema, permite observar a maneira pela qual a modernização – ajuste sincrônico dos espaços periféricos à temporalidade do mundo capitalista – aparece como um componente da integração territorial. Essa integração, desdobrada em termos dos ganhos de mobilidade e fluidez que adviria da construção de uma infraestrutura de comunicações e transportes, alimentava-se, por sua vez, da existência de um movimento expansivo de colonização lastreado por uma atividade econômica de origem agrária. Incidindo decisivamente na organização do território, a dinâmica dessa atividade funcionava como vetor de alteração de paisagens rurais e urbanas, colocando a consolidação das cidades como um pressuposto das movimentações pioneiras nos campos.
- 52 É a partir desse viés que se pode compreender os principais esteios do arranjo explicativo arquitetado por Renato da Silveira Mendes em suas análises das paisagens culturais da Baixada Fluminense. Sua tese, inicialmente orientada por Monbeig, foi defendida quando Pierre Gourou ocupava o cargo de catedrático de Geografia Humana na USP, em 1948. Publicada em 1950, o trabalho inicialmente se destacou por ter como tema uma área localizada fora dos limites administrativos de São Paulo, fato que destoa

da norma comum seguida por quase todos os trabalhos produzidos pelos geógrafos uspianos até bem passada a década de 1960.

- 53 Apresentando mais de cem fotografias e cerca de vinte mapas e cartogramas elaborados manualmente pelo autor, o trabalho aparece como um modelo bastante fiel das clássicas monografias regionais francesas, expondo um traquejo historiográfico hoje incomum no tratamento de fontes documentais e na consulta de arquivos. Na avaliação do geógrafo José Bueno Conti, que foi seu aluno, Silveira Mendes produziu um trabalho que se tornou antológico pela forma como interpretou a diversidade das paisagens da Baixada Fluminense. Em sua obra, as paisagens socialmente modificadas eram interpretadas como o resultado das inter-relações: “das condições de tropicalidade, das características da cultura, da economia e das relações de produção dominantes (...) mostrando que a geografia, enquanto ciência do espaço transformado, é sempre produto do processo interativo entre sociedade e natureza” (Conti, 2014: 243).
- 54 Odilon Nogueira de Matos, comentador contemporâneo à feitura do trabalho, dá fé a respeito do caráter historiográfico da pesquisa, frisando o intenso uso das fontes documentais e cartográficas disponíveis na interpretação das paisagens antigas e atuais (dos anos 1940) da Baixada Fluminense. Efetivamente, em resenha escrita em 1951, o historiador, também ele professor da USP e ex-aluno de Monbeig, destacava que o objeto da pesquisa de Mendes: “constitui indubitavelmente um dos mais empolgantes temas da geografia humana e econômica brasileira” (Mattos, 1951: 473):
- O livro do prof. Renato da Silveira Mendes representa, pois, uma das mais valiosas contribuições para a bibliografia geográfica de nosso país. Geográfica e também histórica, pois tratando de assunto no qual o apelo ao passado foi tão frequente, soube o Autor levar avante, com espírito de historiador, uma pesquisa séria e exaustiva, que em diversas ocasiões tivemos o privilégio de acompanhar de perto em viagens e trabalhos que realizamos juntos pela Baixada Fluminense. (Matos, 1951: 475)
- 55 Em resumo, a tese de Mendes construiu sua hipótese da seguinte forma: a Baixada Fluminense, um dos mais importantes e antigos núcleos de povoamento da Colônia, caracterizou-se imemorialmente por ser uma região onde as paisagens decorrentes da exploração dos engenhos de cana-de-açúcar eram predominantes. Excetuando-se a planície campista, as outras áreas da região sofreram grande decadência a partir da passagem do século XVIII para o XIX. Essa involução da exploração econômica, com resultados visíveis no povoamento e organização das paisagens, só seria modificada a partir das obras de saneamento realizadas pelo governo federal, no início do século XX. A reconquista da região pela sociedade brasileira, como então se dizia, deveria, portanto, ser facilitada pelo uso da ciência e da técnica, que, instrumentalizadas pelo planejamento do governo central, modificavam as condições adversas do meio.
- 56 Na verdade, Renato da Silveira Mendes interessou-se por estudar a evolução das paisagens da Baixada Fluminense tomando como ponto de partida as obras de saneamento e regularização da rede hidrográfica empreendidas pelo governo federal nas décadas de 1930 e 1940. Tendo em vista que a região sofria anualmente com as chuvas, que causavam enchentes e epidemias, principalmente de malária e febre amarela, compreendia-se que as obras de engenharia encetadas na rede hidrográfica tinham sido projetadas para tentar recuperar um dos trechos mais povoados do território brasileiro, inserindo novos elementos técnicos numa área ocupada produtivamente com engenhos de cana-de-açúcar e currais de criação de gado desde o século XVI.

- 57 Em seu entendimento, as ações humanas teriam elaborado diferentes paisagens ao longo dos tempos. Logo, como a Baixada Fluminense havia assistido a várias fases de ocupação do solo desde o início da colonização lusitana em terras americanas, o objetivo do geógrafo seria a reconstrução das distintas estruturas paisagísticas a que corresponderiam cada um dos períodos históricos precedentes:

Um importante aspecto a ser encarado no estudo da paisagem cultural, aspecto esse acentuado pelos geógrafos que mais se dedicaram à conceituação da ciência geográfica, consiste na evolução da paisagem. Tanto Brunhes, ao tratar do “princípio da atividade”, como Sauer, abordando a morfologia da paisagem, são unânimes em reconhecer que assim como o quadro não pode ser considerado fixo, também a paisagem humanizada modifica-se com o decorrer do tempo, em função das diferentes civilizações que ocupam uma determinada região. (Mendes, 1950: 18)

- 58 Replicando as indicações feitas por Monbeig quando da discussão acerca dos critérios de regionalização utilizados pelo CNG para o estado de São Paulo (Nogueira, 2014), Renato da Silveira Mendes considerava que a delimitação regional da Baixada Fluminense em zonas fisiográficas, que se apoiava em critérios unicamente naturais, parecia artificial, presa aos muros da academia e muito distante da realidade. Colocando as ações humanas como centrais no processo de construção das regiões, questionava: “Devendo considerar-se nos estudos geográficos os dois elementos – meio e homem – não seria preferível partir do elemento humano e não do quadro físico para se efetuar a classificação em regiões?” (Mendes, 1950: 38).

- 59 De fato, o autor notava que a noção de região existiria “na mente” dos habitantes de toda e qualquer área a despeito do conhecimento científico que a população instalada nessas localidades teria a respeito dessa mesma região. Essa sua opinião era justificada citando o que chama de caboclos brasileiros, que historicamente distinguem e denominam perfeitamente as diversas regiões em que habitam. Seria esse o caso da Zona da Mata de Minas Gerais, por exemplo, que teve tal denominação perpetuada nas tradições orais dos caboclos independentemente do fato de a floresta ter há muito de lá desaparecido. Por isso, nos estudos regionais, seria preferível: “efetuar-se a classificação e subdivisão em zonas de acordo com o conceito local, isto é, com a noção de região ou ‘país’ dos próprios habitantes e não tentar enquadrar essas zonas considerando-se apenas os aspectos físicos” (Mendes, 1950: 38).⁵

- 60 Definindo os pressupostos nos quais se embasa, Mendes vai procurar localizar, nas fontes históricas, quais eram as denominações utilizadas e os limites reconhecidos das regiões internamente identificadas pelos habitantes da Baixada Fluminense nos tempos da colônia. Uma vez que as fontes disponíveis para o autor eram sem dúvida mais abundantes do que para seus colegas de Departamento que estudavam as paisagens paulistas, visto que sua área de interesse foi ocupada de maneira produtiva desde meados do século XVI, ele percebe que nos registros históricos havia referências a pelo menos três sub-regiões ou países, como então aparecia nas fontes: o Recôncavo do Rio de Janeiro, Cabo-Frio e os Campos dos Goitacazes. Para ele, haveria uma consciência ou ao menos uma ideia vaga de unidade destas três áreas que aproximava o antigo sentido conferido ao termo país ao conceito geográfico que então se tinha de região:

Acreditamos, portanto, que a Baixada Fluminense deve ser dividida não apenas em “zonas fisiográficas” mas em verdadeiras “sub-regiões geográficas”, isto é, em “países”, termo atualmente em desuso, ou melhor, aplicado entre nós em relação a unidades políticas estatais. Uma região geográfica ou “país”, ao nosso ver, deve considerar não somente os elementos naturais que lhe são peculiares mas principalmente o elemento humano que, utilizando-se dos recursos locais e dando a

áreas fisicamente diferentes uma certa unidade pelo povoamento, ocupação do solo, vias de comunicação, é quem na realidade “cria” a região. Cada “país” pode conter mais de uma zona natural, pois justamente o aproveitamento de recursos de zonas diferentes é que determina a interpenetração e a unidade regional (...). Com o progresso da humanidade e o desenvolvimento da técnica, mais unidas se tornam as regiões naturais em virtude da construção e do aperfeiçoamento das vias de comunicação e dos meios de transporte. Não é de se estranhar, portanto, que no estado de São Paulo a noção popular de zonas esteja associada às estradas de ferro que atravessam e unem regiões fisicamente diversas. (Mendes, 1950: 39-40)

- 61 A referência que faz ao caso paulista, que segundo Monbeig (1952) somente conheceria regiões associadas às estradas de ferro, é fundamental para compreendermos como os geógrafos dessa geração relacionavam as atividades econômicas, o tipo de ocupação humana desenvolvida e o processo de organização das paisagens. Sendo o elemento humano o fator que conferia às distintas unidades naturais um aspecto de homogeneidade, temos que o estudo das paisagens humanizadas se associava necessariamente à análise regional. As várias formas de apropriação e exploração do solo produzidas e reproduzidas pelos grupos humanos ao longo da história, dando sustentação a determinadas atividades econômicas, organizavam paisagens de conteúdos diversos que, ao entranhar contatos com outras localidades, consolidavam progressivamente certas diferenciações. Como nos escritos de Monbeig, a fixidez e a mobilidade se combinam, repondo os inter-relacionamentos entre fixos e fluxos, pois era a circulação garantida pelas próteses territoriais fixadas na paisagem o que garantiria a homogeneização diferenciadora do espaço.
- 62 Na sequência dos capítulos, a importância dos ciclos econômicos passados e atuais na estruturação das paisagens fica bem evidente já nos títulos da segunda e terceira partes da tese, respectivamente, “As paisagens antigas” e “As paisagens modernas”. Falando do início da colonização portuguesa, Mendes lembrava que a Baixada Fluminense havia sido um dos primeiros núcleos fixos de povoamento a se tornar um centro de exploração comercial instalado na América portuguesa, formando “uma espécie de ilha de civilização, pois que a colonização portuguesa se caracterizou pela descontinuidade” (Mendes, 1950: 46).
- 63 Interessante notar o mapa de uso e ocupação do solo que o geógrafo apresenta (Figura 1), pois com as informações levantadas em arquivo ele conseguiu descrever as modificações ocorridas na região pelo desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e da pecuária entre o final do século XVII e início do XVIII, período em que a região assistiu a um surto expansivo da atividade canavieira. Ao final, o caráter comercial e especulativo da exploração agrícola, que persistiria com avanços e recuos até o momento da sua análise, na década de 1940, quando os antigos engenhos foram finalmente substituídos pelas usinas, tornavam as paisagens rurais da Baixada Fluminense um “perfeito reflexo dessa atividade econômica” (Mendes, 1950: 54).⁶

Figura 2. Ocupação do solo nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX

FONTE: Mendes (1950)

- 66 Assim, dois novos tipos de povoamento imprimiriam marcas nas paisagens: as aglomerações suburbanas, que formavam uma verdadeira conturbação com o Rio de Janeiro ao longo da estrada de ferro, e o povoamento rural impulsionado com a citricultura. A introdução de uma nova atividade agrícola com valor comercial, a laranja, que dava nova vida para a agricultura da região, encontrava na cidade do Rio de Janeiro um grande mercado, impulsionando uma revolução nas antigas e decadentes paisagens rurais ligadas à economia da cana.
- 67 Contudo, embora novos fatores de valorização tenham modificado a combinação dos elementos do complexo geográfico, a região continuava a apresentar resquícios da antiga paisagem da economia açucareira. Essa feição era apercebida pelo observador na degradação das florestas, substituídas por uma vegetação de campos e capoeiras que cresciam em solos empobrecidos, e, principalmente, nos testemunhos dos engenhos e casarões, vestígios de antanho que sobreviveram como testemunhos a estruturas econômicas e sociais há muito desaparecidas, diríamos mesmo como rugosidades que duram mais do que a estrutura social que lhes deu origem (Santos, 2002).⁷
- 68 Enfim, tratando das obras implantadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), diz que as ações planejadas pelo governo federal foram responsáveis por uma imensa modificação na organização das paisagens da Baixada, pois “ao lado dessa obras de engenharia hidráulica, outras construções modernas também imprimem à paisagem a marca característica da civilização contemporânea (...) elementos materiais de uma paisagem muito mais cultural do que natural” (Mendes, 1950: 114). Deveras, ações como as regularizações permanentes dos cursos d’água, a construção de diques marginais, os aterramentos e a abertura de canais, intervenções no terreno completadas com a profilaxia da malária e a construção de vias de comunicação, foram políticas territoriais do governo federal que possibilitaram a instalação de fábricas e de torres de transmissão de energia elétrica.

Figura 3. Ocupação do solo nos meados do século XX

FONTE: Mendes (1950)

- 69 Tidos como o equivalente do domínio das condições adversas até então apresentadas pelo meio natural, os trabalhos de saneamento seriam completados pela implementação de um programa oficial de colonização das áreas reconquistadas aos pântanos. Tal programa de colonização, que objetivaria a criação de “um sistema econômico que vise a fixação do homem à gleba e a formação de uma verdadeira classe de camponeses” (Mendes, 1950: 118), era uma mostra da maneira como certas correntes do pensamento político-social do período interpretavam as questões relativas à ansiada modernização da agricultura, que seria levada a cabo com o auxílio da ciência e da técnica. De fato, defendia-se que a prática de uma agricultura racional, para a qual contribuiria em muito a instalação da Escola Nacional de Agronomia, iria valorizar as terras localizadas ao redor da metrópole carioca, com o desenvolvimento da pequena propriedade e a expansão da policultura voltada para o abastecimento da crescente população da cidade do Rio de Janeiro.

Considerações finais

- 70 Como visto, embora não se utilize do pioneirismo como critério objetivo para proceder a avaliação do desenvolvimento pelo qual passou a Baixada Fluminense, Renato da Silveira Mendes emprega o enquadramento bem ou mal proposto por Monbeig. Como seu antigo mestre, Mendes também valorizava as atividades econômicas como o fator preponderante para a apreciação do processo de organização espacial e tomava a história e as mudanças das técnicas de exploração do solo como protagonistas da estruturação das paisagens.
- 71 Ademais, a Baixada Fluminense, além de ser área de exploração da cultura canavieira desde o século XVI, era parte da periferia imediata do Rio de Janeiro, a sede do poder político luso-brasileiro a partir do XVIII. Isso contribuiu para que a escolha do *terrain* por Renato da Silveira Mendes contasse com a circunstância única da disponibilidade

de fontes históricas. Assim, o recurso aos arquivos documentais, como quadros estatísticos e mapas, permitiu-lhe elaborar um arranjo explicativo que sublinha o caráter processual da evolução das paisagens culturais, concebidas, ao fim e ao cabo, como as feições materiais impressas no espaço em cada época, os reflexos espaciais da estrutura econômica e social de tempos passados:

Inúmeras dificuldades (de muitas das quais fomos testemunhas) ofereceu ao Autor a reconstituição das paisagens antigas. A falta de documentação, cartográfica principalmente, que torne possível conhecer o aproveitamento do solo e a distribuição da população no passado, não apenas na Baixada Fluminense, mas em qualquer região do país, constitui elemento capaz de levar ao desânimo o pesquisador que por tais caminhos enveredar-se. Soube o prof. Renato da Silveira Mendes vencer todas as dificuldades que o tema poderia oferecer, realizando acurada pesquisa histórica nos arquivos do Rio de Janeiro, servindo-se sobretudo de mapas, roteiros antigos, quadros estatísticos, manuscritos, memórias (Couto Reis, Araruama), o que lhe permitiu elaborar os quatro valiosos mapas referentes à ocupação do solo das primeiras décadas do século XVII até o século XX, os quais dão ao seu livro grande interesse histórico, tornando-o mesmo indispensável para qualquer estudo sobre o passado do Rio de Janeiro. (Matos, 1951: 473-474)

- 72 No geral, Silveira Mendes preocupava-se em apreciar o que chamava de evolução das paisagens a partir de uma série de procedimentos que eram adotados praticamente por todos os seus colegas de geração. Em primeiro lugar, fazia-se uma reconstrução temporal das relações sociais e das paisagens de antigamente. Para a consecução desse primeiro objetivo, iniciava-se pela descrição dos quadros físicos, tentando reconstruir aquilo que seria a imagem da região antes da chegada do elemento humano. O uso das descrições explicativas, conforme constava nas indicações dos manuais da geografia francesa, procurava relatar em minúcias a configuração territorial de seu espaço-objeto numa dada secção temporal, que ficava restrita aos períodos cobertos pelas fontes documentais disponíveis.
- 73 Após a identificação da estrutura econômica e das relações sociais que davam suporte a uma determinada configuração regional das paisagens em diferentes momentos, num esforço de reconstrução das geografias passadas bem próximo das indicações de H.C. Darby (1953), passava-se para a análise do modo como a dinâmica de desenvolvimento ou decadência das atividades econômicas ao longo do tempo influía no processo de organização das paisagens. Esse procedimento era feito a cada recorte temporal significativo até se chegar no tempo presente, quando os dados estatísticos e cartográficos, por mais abundantes, poderiam ser problematizados, recusados ou validados nas excursões de campo mediante a observação direta da realidade.
- 74 Nesse registro, percebe-se que do ponto de vista do arranjo explicativo projetado, o interesse estava no presente, mas era a história que punha as paisagens em movimento, permitindo avaliar o nascimento e a formação de unidades regionais. Concluindo, por todos os elementos apresentados, assevera-se que a pertinência de uma sensibilidade geográfica frente aos processos históricos, que como se viu não era de maneira alguma estranha às antigas gerações de historiadores e geógrafos, mormente na França, ganhava novos contornos nos trabalhos dos geógrafos brasileiros, frutificando em um estilo textual que sem dúvida pode ser considerado como um exemplar genuíno de geografia histórica.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Maurício de Almeida (2006). “Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2019.

Araújo Filho, José Ribeiro de (1950). *A Baixada do rio Itanhaém – Estudo de Geografia Regional*. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 116, Geografia, n. 5, São Paulo.

Arrault, Jean-Baptiste (2007). “Géographie et mondialisation. Les géographes français face à la crise des années 1930”. *Annales de Géographie*, Paris, n. 657, pp. 493-512.

Baker, Alan (1997). “‘The Dead don’t Answer Questionnaires’: researching and writing Historical Geography”. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 21, n. 2, pp. 231-243.

Baker, Alan (2003). *Geography and History: Bridging the Divide*. Cambridge: Cambridge University Press.

Burke, Peter (1997). *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Carneiro, Patrício Aureliano Silva (2018). “Questões Teóricas e Tendências da Geografia Histórica”. *GEographia*, v. 20, n. 42, jan./abr., pp. 25-37.

Chiaromonte, José Carlos (2003). “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”. In: Jancsó, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/FAPESP, pp. 61-92.

Conti, José Bueno (2014). “Geografia e Paisagem”. *Ciência e Natura*, Santa Maria, RG, v. 36, ed. especial, pp. 239-245.

Costa, Wanderley Messias da; Moraes, Antônio Carlos Robert (1984). *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. São Paulo: Hucitec.

Darby, Henry Clifford (1953). “On the relations of geography and history”. *Transactions and Papers of the Institute of British Geographers*, n. 19, pp. 1-11.

Dosse, François (2004). *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc.

França, Ary (1951). *A ilha de São Sebastião – Estudo de Geografia Humana*. Tese de Concurso à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Guerra, François-Xavier (2003). “A Nação Moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: Jancsó, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/FAPESP, pp. 33-60.

Hartshorne, Richard (1939). *The Nature of Geography*. Washington: Association of American Geographers.

Jancsó, István; Pimenta, João Paulo (2000). “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem Incompleta. A experiência Brasileira*. São Paulo: SENAC, pp. 389-440.

- Kučera, Zdeněk (2008). "Historical geography between geography and historiography". *Klaudyán* – Internet Journal of Historical Geography and Environmental History, v. 5, n. 1, pp. 5-13.
- Lacoste, Yves (1989). *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus.
- Lewis, Martin W.; Wigen, Kären (1997). *The myth of Continentes. A critique of metageohraphy*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press.
- Lyra, Maria de Lourdes Viana (1994). *A Utopia do Poderoso Império*. Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Matos, Odilon Nogueira de (1951). "Paisagens culturais da Baixada Fluminense". *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 3, n. 8, pp. 473-475.
- Mattos, Ilmar Rohloff (2005). "Construtores e Herdeiros – A Trama de Interesses na Construção da Unidade Política". In: Jancsó, István (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP.
- Mendes, Renato (1949). "Cultura e comércio da laranja na Região da Guanabara". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, v.1, n.1, pp. 31-39.
- Mendes, Renato (1950). "Paisagens culturais da Baixada Fluminense". *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 110, Geografia, n. 4, São Paulo.
- Monbeig, Pierre (1940). *Ensaio de geografia humana brasileira*. São Paulo, Livraria Martins.
- Monbeig, Pierre (1952). *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*. Paris, Librairie Armand Colin.
- Moraes, Antônio Carlos Robert (2000). *Bases da Formação Territorial do Brasil*. O território colonial brasileiro no 'longo' século XVI. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, Antônio Carlos Robert (2002). *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, Antônio Carlos Robert (2011). *Geografia Histórica do Brasil – capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume.
- Moraes, Antônio Carlos Robert (2014). "Geografia, interdisciplinaridade e metodologia". *GE USP – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 9-39.
- Müller, Nice Lecocq (1951). "Sítios e sitiantes de São Paulo". *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 132, Geografia, n. 7. São Paulo.
- Nogueira, Carlo Eugênio (2008). *Nos Sertões do Poente – Conquista e colonização do Brasil Central*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Nogueira, Carlo Eugênio (2012). "A conquista do Brasil central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX". *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 418, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>>. Acesso em: 6 de março de 2019.
- Nogueira, Carlo Eugênio (2013). *O lugar a fronteira na Geografia de Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Nogueira, Carlo Eugênio (2014 [2017]). "O saber geográfico e a prática política: a regionalização do estado de São Paulo (1930/1950)". *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 43, pp. 105-139.

Nogueira, Carlo Eugênio (2015). “A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950)”. *Terra Brasilis* (Nova Série), n. 5, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1480>>. Acesso em: 6 de março de 2019.

Novais, Fernando (1979). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec.

Petrone, Pasquale (1966). “A Baixada do Ribeira – Estudo de Geografia Humana”. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 283, Geografia, n. 14. São Paulo.

Philo, Chris (1996). “História, geografia e o ‘mistério ainda maior’ da geografia histórica”. In: Gregory, Derek; Martin, Ron; Smith, Graham (Orgs.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 269-298.

Pimenta, João Paulo Garrido (2002). *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec.

Pimenta, João Paulo Garrido; Slemian, Andréa (2003). *O "nascimento político" do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A.

Ribeiro, Guilherme (2014). “Fernand Braudel e as metamorfoses do tempo e do espaço: o conceito de geohistória em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949 e 1966)”. *Confins*, n. 21, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/9654>>. Acesso em: 7 de março de 2019.

Said, Edward (1993). *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras.

Santos, Milton (1977). “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, n. 54, junho, pp. 81-99.

Santos, Milton (1997). *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Milton (2002). *Por uma Geografia Nova*. Da Crítica da Geografia à Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec/Edusp.

Zusman, Perla (2000). *Tierras para El Rey*. Tres Fronteras y la Construcción del Territorio del Rio de la Plata (1750-1790). 465 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Autònoma de Barcelona.

NOTAS

1. “A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras (...) a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente.” (Said, 1993: 34-36).

2. Em texto que versa sobre a configuração espacial dos engenhos de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro Seiscentista, Maurício Abreu coloca alguns questionamentos que dizem respeito à dimensão espacial do processo de constituição econômica e social da época: “Onde estavam localizados os engenhos do Rio de Janeiro? Formavam eles áreas de produção claramente identificadas? Qual a participação dessas áreas produtoras na economia regional? Como se deu a construção da paisagem agrária fluminense nos primeiros tempos da colonização? Que impactos

ambientais causaram as moendas e as relações sociais que lhes sustentavam? Como se constituiu e como se materializou, na paisagem, a relação campo-cidade? Até que ponto a materialidade da cidade e seu cotidiano foram influenciados pelas exigências e pelo ritmo da economia canavieira? As indagações de natureza espacial são, portanto, inúmeras. Todavia, ao contrário daquelas que dizem respeito ao processo social *stricto sensu*, nesse caso trilhamos território realmente virgem, ainda por desbravar. Dado que processos sociais e formas espaciais são dois lados de uma mesma moeda, pois as sociedades não transformam a natureza como se agissem no vácuo, e ao fazê-lo criam formas, materiais ou não, que influenciam o desenvolvimento desses mesmos processos, o descaso para com a dimensão espacial só dificulta a obtenção de um conhecimento mais completo das realidades que pretendemos estudar.” (Abreu, 2006: 5).

3. “Os territórios dos impérios ibéricos distribuíam-se, nos séculos XV e XVIII, pelo continente europeu, pelo americano e pelo asiático (no caso português, também africano), formando unidades descontínuas e bem-delimitadas somente em suas porções européias. Conheciam alguma homogeneidade somente no plano político-administrativo, com a articulação de grande diversidade física, social e cultural em torno de monarquias e monarcas que lhes davam coesão. A desagregação desse sistema no século XIX, transformando os referenciais que conferiam sentimento de identidade comum naquelas sociedades, trouxe evidentemente uma reorganização desses espaços, correspondentes a ‘redes’ de lealdade política. A cada possibilidade de nova organização política – ainda que fosse pela reiteração dos velhos referenciais – corresponderia uma área de jurisdição, que poderia até ser semelhante ou mesmo idêntica a determinadas subdivisões dos impérios. Mesmo em tais casos, todavia, já se tratava de uma nova territorialidade.” (Pimenta, 2002: 49).

4. Ao comentar a influência da época colonial na análise geográfica da formação territorial do Brasil, Antônio Carlos Robert Moraes conclui: “Esta conforma integralmente as bases do atual território nacional, num processo que – como visto – avança de núcleos de difusão litorâneos que, ao realizarem ocupação dos espaços contíguos de seus entornos, acabam por construir regiões coloniais que em suas inter-relações definem uma divisão espacial do trabalho que, por meio de seus círculos de cooperação, consolidam uma estrutura territorial individualizada. Esta expressa o resultado da instalação portuguesa nas terras sul-americanas, atuando como suporte das atividades econômicas entabuladas e base da sociabilidade praticada pelo colonizador. O território colonial é, assim, a expressão espacial da formação social criada pela colonização. Suas determinações particularizam a via colonial de desenvolvimento do capitalismo, com suas singularidades e exotismos, entre estas o uso majoritário do trabalho compulsório, ressaltando-se a escravidão africana e indígena” (Moraes, 2000: 416).

5. Em capítulo esclarecedor, François-Xavier Guerra (2003) comenta as modificações impostas ao sentido político de palavras como “pátria”, “nação” e “país” na passagem do século XVIII ao XIX, mostrando como tais termos poderiam identificar realidades locais e mais fluidas, e não, como nos acostumamos a pensar, Estados-nação com fronteiras fixas e imutáveis. Focando na América espanhola, o autor lembra as adaptações sofridas no léxico de tais palavras, que foram muito utilizada, por exemplo, para definir “nações” indígenas ou “países” de bárbaros nos mapas que representavam os pretendidos territórios de dominação colonial. Especificamente sobre as mudanças ocorridas no conceito de nação no contexto do continente americano, vide a contribuição de José Carlos Chiaramonte (2003).

6. Pouco depois, o autor irá notar a revolução ocorrida na estrutura econômica da Baixada Fluminense com a decadência dos antigos engenhos e a implantação das máquinas a vapor ao longo do século XIX, quando então foram construídos os casarões e sobrados concentrados principalmente na chamada planície campista, elementos materiais típicos da unidade social-econômica do ciclo do açúcar, que foi renovado a partir do XIX: “As paisagens culturais da Baixada Fluminense, refletindo não só as relações entre o homem e as condições naturais como também a estrutura da economia açucareira, acompanharam durante o século passado [o XIX] a

evolução da técnica do fabrico do açúcar e as alterações sofridas pela organização social na passagem do engenho colonial para o engenho a vapor. Parecia que tal estrutura social e econômica era bastante sólida e vigoraria por largo prazo, como se cristalizando. Os solares, a formação de uma 'nobreza' rural, davam essa impressão. Entretanto tal não se deu. Novas condições econômicas e sociais surgiram nos fins do século XIX ocasionando modificações na organização agroindustrial da Baixada. Como consequência alteram-se também as relações entre o homem e o meio físico e novas paisagens surgem na região" (Mendes, 1950: 72).

7. O estudo dessa nova atividade deu origem a um artigo intitulado "Cultura e comércio da laranja na região da Guanabara". Publicado no primeiro Boletim Paulista de Geografia, o texto aprofunda a discussão sobre a retomada das terras por um novo produto comercial de exportação, que ocasionara, por que não dizer, o surgimento de uma ativa frente pioneira que trazia novos elementos para a produção do espaço: "Embora as condições naturais fossem bastante favoráveis à implantação e ao desenvolvimento da citricultura na região da Guanabara, na realidade somente se processou essa expansão após o advento de uma série de fatores econômicos (...). Na região da Guanabara, um fator que desempenhou importante papel no desenvolvimento da cultura da laranja foi, inegavelmente, a especulação comercial. Tal especulação teve seu início no açambarcamento das terras da Baixada da Guanabara, desvalorizadíssimas após a derrocada da economia açucareira no século passado, e consequente expansão da insalubridade da região. Alguns capitalistas, residentes na cidade do Rio de Janeiro, adquiriram dos descendentes dos antigos senhores de engenho as velhas propriedades rurais abandonadas, onde a malária dizimava e expulsava os mais recalcitrantes; tal aquisição de terras era feita a preços muito baixos, na expectativa de uma futura valorização (...). Tal retalhamento propiciou fartos lucros aos negociantes, que passaram, então, a vender os lotes rurais, depois de uma inteligente propaganda feita nos jornais cariocas em torno das grandes oportunidades que oferecia a cultura da laranja para um rápido enriquecimento. O *slogan* – "laranja no pé, dinheiro na mão" – foi largamente difundido pela publicidade carioca (...). Como resultado desse grande surto da citricultura, a paisagem da região da Guanabara modificou-se em poucos anos. As antigas áreas abandonadas, onde o mato tudo invadia e a malária afugentava todos, passaram a ser cobertas por milhões de pés de laranja" (Mendes, 1949: 33-34).

RESUMOS

O presente texto trata das potenciais relações entabuladas entre os campos da Geografia Histórica e da História da Geografia. Após propor na introdução uma definição operacional de análise dos processos históricos a partir de um viés geográfico, descrevem-se as possibilidades de utilização desse enquadramento em dois momentos. No primeiro, a definição sugerida é colocada como fio condutor de um estudo sobre o papel do espaço construído herdado durante o período colonial quando da emancipação política do Brasil. No segundo, discute-se como essa proposta de apreensão geográfica dos processos históricos pôde ser empregada como ferramenta de análise num estudo de História da Geografia. Ao final, mirando a construção de uma abordagem metageográfica, toma-se como objeto a obra de um autor – Renato da Silveira Mendes – com o objetivo de verificar se existem, em seus textos, elementos que permitam qualificá-lo como um trabalho de Geografia Histórica.

Este texto trata de ciertas relaciones entre los campos de la Geografía Histórica y de la Historia de la Geografía. Tras proponer en la introducción una definición operacional de análisis de los procesos históricos a partir de un sesgo geográfico, se describen las posibilidades de utilización de ese encuadramiento en dos momentos. En el primero, la definición sugerida sirve de hilo conductor a un estudio sobre el papel del espacio construido heredado durante el período colonial en el momento de la emancipación política brasileña. En el segundo, se discute cómo esa propuesta de aprehensión geográfica de los procesos históricos pudo ser empleada como herramienta de análisis en un estudio de Historia de la Geografía. Al final, con un enfoque metageográfico, se toma como objeto la obra de un autor – Renato da Silveira Mendes – con el objetivo de verificar si existen, en sus textos, elementos que permitan calificarlo como un trabajo de Geografía Histórica.

This text deals with the potential relationships between the fields of Historical Geography and the History of Geography. Proposing an operational definition of a geographical analysis of historical processes, it describes the possibilities of using this framework in two moments. First, the suggested definition guides a study on the role of inherited constructed space during the colonial period at the time of Brazilian political emancipation. Second, it discusses how this geographical apprehension of historical processes could be used as an analytical tool to study a case in the History of Geography. Finally, pointing at the construction of a metageographic approach, it takes the work of Renato da Silveira Mendes in order to verify whether it could be read as a piece of Historical Geography.

Ce texte traite des relations potentielles entre les domaines de la géographie historique et de l'histoire de la géographie. Après avoir proposé dans l'introduction une définition opérationnelle de l'analyse des processus historiques à partir d'un biais géographique, il décrit les possibilités d'utiliser ce cadre en deux moments. Tout d'abord, la définition proposée est placée comme fil conducteur d'une étude sur le rôle de l'espace bâti hérité de la période coloniale à l'époque de l'émancipation politique brésilienne. Ensuite, on discute comment cette proposition d'appréhension géographique des processus historiques pourrait être utilisée comme outil d'analyse dans une étude de l'histoire de la géographie. Finalement, dans le but de construire une approche métagéographique, on considère l'œuvre de Renato da Silveira Mendes pour vérifier si elle peut être classifiée comme Géographie Historique.

ÍNDICE

Mots-clés: géographie historique, histoire de la géographie, formation territoriale

Palabras claves: geografía histórica, historia da geografia, formación territorial

Palavras-chave: geografia histórica, história da geografia, formação territorial

Índice geográfico: Brasil

Índice cronológico: século XX

Keywords: historical geography, history of geography, territorial formation

AUTOR

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA

Departamento de Geografia – Universidade Federal do Espírito Santo

Centro de Ciências Humanas e Naturais, Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras Vitória/ES

E-mail: carleugenio@gmail.com